

# Momento decisivo para a Europa social

## Debate Crise e alternativas

Bernadette Ségol,

Carlos Silva, Lucinda Dâmaso

**A**o ouvirmos alguns líderes da União Europeia, poderíamos ser levados a pensar que a crise económica está prestes a terminar. Mas não poderíamos estar mais longe da verdade, como muito bem sabem os milhões de europeus que sofrem ainda cortes profundos e dificuldades sem precedentes na sua qualidade de vida.

Enquanto os responsáveis políticos fazem declarações retóricas sobre a importância da "dimensão social" europeia, as suas políticas aumentam os danos através de uma austeridade implacável. Os cidadãos europeus continuam a pagar pela crise – a custo de tensões sociais e desigualdades crescentes, níveis de pobreza e de desemprego que afetarão as perspectivas de futuro dos jovens europeus durante muitos anos e um perigoso aumento de intolerância e xenofobia. Esta situação está a comprometer fatalmente o apoio à própria União Europeia – como o demonstra o aumento de partidos nacionalistas e anti-UE em vários Estados-membros. Apenas 30% dos europeus têm ainda uma imagem positiva da UE. No entanto, os líderes pouco ou nada fizeram para apoiar a Europa social.

Há um ano, a Confederação Europeia de Sindicatos (CES) apresentou o seu Contrato Social para a Europa, no qual elencou as medidas necessárias para pôr termo a esta espiral recessiva e restaurar a confiança das pessoas na UE. Em Abril, a CES reiterou as suas exigências com maior veemência. A ação já tarda há muito.

Embora a CES tenha saudado a decisão do Conselho Europeu de, finalmente, publicar um quadro de referência para a dimensão social da união económica e monetária (UEM), insiste que as novas medidas têm que ir além da UEM, por forma a aproveitar todas as áreas políticas na promoção do pleno emprego e do progresso social na Europa.

Os líderes europeus vão reunir-se numa cimeira nos próximos dias 27 e 28 de Junho em que deverão esboçar um quadro de referência para a Europa social. Se nos desiludirem novamente, não serão perdoados.

A dimensão social da UE deverá traduzir-se em melhores condições de vida e de trabalho,

proteção social, serviços públicos e diálogo social de qualidade. Mas a realidade é que os líderes europeus continuam a querer cortar na despesa pública e promover a desregulamentação a todo o custo, colocando em causa o emprego, as condições de trabalho e serviços essenciais em vários sectores.

Na busca de um mercado de trabalho livre e transfronteiriço, os governos falharam na criação de salvaguardas para os trabalhadores – conduzindo a uma exploração generalizada e a um *dumping* social de dimensões catastróficas. As pessoas desesperadas por um emprego estão a ser movimentadas por toda a Europa com o intuito de diminuir salários e condições de trabalho existentes, gerando uma revolta perigosa.

Também o diálogo social está sob pressão. Um relatório da Comissão Europeia publicado em Abril reconheceu que o diálogo bem estruturado entre empregadores e trabalhadores é indispensável para o progresso social consensual. E, no entanto, as políticas de austeridade e os cortes na despesa comprometeram o papel dos parceiros sociais, bem como o inalienável direito sindical à livre negociação coletiva e negociação salarial, a nível nacional e europeu.

Em Maio, os líderes da UE comprometeram-se a combater a hemorragia de três milhões de euros anuais em receitas não cobradas resultantes da fraude e evasão fiscais. A CES exigiu um plano de ação forte e vinculativo. Contudo, a cimeira de Bruxelas falhou na apresentação de qualquer programa concreto.

Acima de tudo, sem uma ação forte que trave o inparável aumento do desemprego – que atingiu uma taxa superior a 12% na zona euro em Março e o dobro desse valor no desemprego jovem –, existe um sério risco de colapso social. Os recentes motins em Estocolmo deram uma amostra do potencial impacto sobre a sociedade.

A CES apela à introdução de um rendimento mínimo em todos os Estados-membros, bem como a um aumento substancial do salário mínimo obrigatório nos países onde os sindicatos o considerem necessário. Finalmente, a UE tem de investir 1% a 2% do PIB num programa de relançamento da economia europeia para restaurar o crescimento sustentável e combater o desemprego.

As exigências da CES tiveram eco no Parlamento Europeu, onde os deputados condenaram o fracasso da Comissão na apresentação de propostas realistas para o reforço da Europa social e apelaram a uma "mudança de direção" que promova o crescimento, o emprego e a justiça social.

Por toda a UE, as nossas prioridades são o fim dos cortes contraproducentes na despesa pública; a travagem da concorrência transfronteiriça que tem levado à diminuição dos salários e das condições de trabalho e encorajado a evasão fiscal; o investimento para o crescimento sustentável e o emprego e o apoio ao diálogo social e à negociação coletiva. A Europa não pode esperar mais.

Secretária-geral da CES;

secretário-geral da UGT; presidente da UGT



DANIEL ROCHA